

## MEDINDO ASSUNTOS SOCIALMENTE SENSÍVEIS: O USO DO EXPERIMENTO DE LISTA E POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA<sup>1</sup>

*Robert Lee Vidigal<sup>2</sup>*

### Resumo

A opinião pública sobre as ações afirmativas não é consensual, especialmente entre os brancos. Em um desenho experimental de pesquisa, as cotas raciais são estudadas na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A técnica utilizada é conhecida como experimento de lista, a qual consiste essencialmente de um experimento embutido em um survey convencional. O delineamento experimental garante a privacidade necessária para os respondentes se sentirem livres para darem respostas honestas, evitando o efeito de desejabilidade social. Os resultados mostram que a teoria do autointeresse não tem efeitos sobre as atitudes raciais, e o efeito de desejabilidade social é muito forte entre os estudantes brancos.

**Palavras-chave:** Experimentos; Experimento de lista; Opinião Pública; Metodologia de Pesquisa.

### Abstract

Public opinion on affirmative actions is not consensual, especially among whites. Here in an experimental design the racial quotas are studied at the University of Brasilia (UnB) and University of Minas Gerais (UFMG). The technique employed is known as the list-experiment, which consists essentially of an experiment embedded in a conventional survey. The experimental design ensures privacy for respondents to feel free to give honest answers, avoiding the social desirability effect. The results show that the self-interest theory has no effects on the racial attitudes, and the social desirability effect is very strong among the white students.

**Keywords:** Experiments; List-experiment; Public Opinion; Research Methodology.

### Resumen

La opinión pública sobre las acciones afirmativas no es consensual, especialmente entre los blancos. Aquí, en un diseño experimental, las cuotas raciales son estudiadas en la Universidad de Brasilia (UnB) y en la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG). La técnica empleada es conocida como experimento de lista que es esencialmente un experimento dentro de un estudio convencional. El diseño experimental garantiza la privacidad de los encuestados que se sienten libres para dar respuestas honestas, evitando el efecto de deseabilidad social. Los resultados muestran que la teoría de la auto-interés no tiene efectos sobre las actitudes raciales, y el efecto de deseabilidad social es muy fuerte entre los estudiantes blancos.

**Palabras-clave:** Experimentos; Experimento de lista; Opinión Pública; Metodología de la Investigación.

## 1. INTRODUÇÃO

O número e influência de estudos experimentais estão crescendo rapidamente na ciência, de acordo com a descoberta de novas possibilidades do uso de técnicas experimentais para iluminar os fenômenos políticos. O estudo experimental da política cresceu

---

<sup>1</sup> DOI deste artigo: 10.5380/recp.v6i1.38821.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB)

explosivamente nas últimas duas décadas (DRUCKMAN *et al.*, 2011, p. 15), os experimentalistas estão explorando temas que seriam inimagináveis há poucos anos atrás.

A mensuração de assuntos como o de ações afirmativas (cotas raciais) é difícil, são temas chamados socialmente sensíveis, isto é, a expressão de preferências sobre assuntos sociais que não são consensuais, normalmente questões raciais, orientação sexual, xenofobia e gênero. Uma vez que, geralmente, os entrevistados não querem responder, ou ainda mais, simplesmente não querem divulgar publicamente suas preferências sociais quando confrontadas com um survey tradicional (BERINSKY, 2002; KRYSAN, 1998), o que faz com que as respostas dos entrevistados sofram de um efeito de “desejabilidade social” (social desirability effect), isto é, a resposta caminha em direção ao que é socialmente aceito, bem visto e desejado pela norma social.

Avanços recentes nos métodos de pesquisa, sobretudo na pesquisa de survey, possibilitam a mensuração das opiniões sobre assuntos socialmente sensíveis. Alguns pesquisadores desenvolveram técnicas experimentais para medir preconceito (KUKLINSKI, COBB e GILENS, 1997a) e seus efeitos sobre o apoio às políticas públicas, tais como políticas de transferência de renda ou ações afirmativas (SNIDERMAN & PIAZZA, 1995). Assim, a técnica que será empregada é conhecida como o experimento de lista (list-experiment), pois ela permite questionar indiretamente os entrevistados, garantindo uma maior sinceridade em suas respostas e representa um avanço para medir temas sensíveis (KUKLINSKI, COBB e GILENS, 1997a; KUKLINSKI *et al.*, 1997b; SNIDERMAN & CARMINES, 1997).

Este trabalho, de caráter metodológico, tem como objetivo mostrar o poder experimental de extrair as verdadeiras atitudes políticas dos estudantes universitários em relação a um tema socialmente sensível. O experimento de lista neste trabalho é empiricamente orientado a testar duas hipóteses: (i) o efeito de desejabilidade social e (ii) a hipótese de defesa de interesses dos alunos brancos.

O efeito de desejabilidade social é a tendência dos entrevistados de responderem perguntas de uma forma que seja bem vista socialmente, os indivíduos querem sempre passar uma boa impressão e se importam com o que os outros pensam sobre elas, existe um forte componente motivacional (BERINSKY, 2002). Esse efeito pode acabar por sobrerepresentar “boas atitudes” ou subrepresentar “más atitudes” de acordo com a normal

social vigente. Essa tendência representa um problema sério para a realização de pesquisas comportamentais com autorelatos, sobretudo surveys.

Teorias sobre atitudes raciais consideram o auto-interesse econômico do tipo competitivo como um motivo à rejeição das cotas raciais pelos indivíduos brancos, isto é, brancos e negros competindo por empregos, posições e outras fontes econômicas escassas na forma de defesa de interesses (KLUEGEL & SMITH, 1983). Atitudes de auto-interesse são geralmente definidas como aquelas que são fundamentais para a realização de objetivos valorizados dos indivíduos. Objetivos que tenham relação direta com o bem-estar material da vida privada dos indivíduos, quanto à sua situação financeira, saúde, domicílio, bem-estar familiar, etc. Excluídos, portanto, objetivos não materiais, como bem-estar espiritual, moralidade, prestígio ou status. Também estão excluídos os cálculos de longo prazo do auto-interesse que não tenham relação direta com o bem-estar no curto prazo (SEARS *et al.*, 1980).

Auto-interesse de indivíduos ou grupos pode explicar a vulnerabilidade do apoio às políticas que proporcionam benefícios a grupos específicos da população. Auto-interesse individual é muitas vezes definido por perdas significativas ou ganhos tangíveis para um indivíduo ou seu grupo (BOBO & KLUEGEL, 1993). Assim, os efeitos de características pessoais ou familiares (e.g. renda) em relação às políticas afirmativas podem refletir os interesses privados dos indivíduos. Essa definição de auto-interesse enfatizando o egocêntrico, material e determinantes de curto/médio prazo do comportamento humano será chamada aqui de defesa de interesses.

Por exemplo, pesquisas já mostraram uma relação negativa, embora modesta, entre renda e apoio a gastos sociais (BOBO & KLUEGEL, 1993; KLUEGEL & SMITH, 1983). No entanto, a defesa de interesses também é muitas vezes definida em um nível mais amplo de grupos. Pertencimento, identificação a um grupo e um senso de futuro compartilhado pode levar a avaliações baseadas em auto-interesse de grupo. Com base na defesa de interesses, as políticas de cunho racial devem ser mais populares entre os negros do que entre brancos, assim como, políticas de renda mais populares entre classes mais baixas (BOBO & KLUEGEL, 1993).

Ao passo que a defesa de interesses deve afetar as atitudes de todos os brancos em algum grau, a hipótese a ser testada é que os potenciais custos (ou benefícios) das ações afirmativas seriam mais relevantes para os brancos de origem socioeconômica mais baixa. É pressuposto que os brancos ricos não se sentiriam ameaçados pelas cotas raciais por advirem

de um background educacional de alta qualidade, logo, seu destino na universidade não é definido pelo número de vagas, e sim seu esforço próprio. Enquanto os brancos pobres por advirem de um background educacional inverso, enfrentam uma batalha maior para ingresso na universidade, e as cotas raciais acabam por ameaçar seu destino na universidade federal brasileira. Portanto, a possibilidade de perdas econômicas devido às ações afirmativas nas universidades federais brasileiras seria mais possível e mais impactante para brancos de baixa renda do que para brancos de maior poder econômico.

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal do país a adotar o sistema de cotas, sendo que foi utilizado pela primeira vez no vestibular de junho de 2004, esta ação de cunho afirmativo faz parte do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da UnB. Já são quase 10 anos de execução e ainda há grande debate quanto à eficácia e necessidade desta política afirmativa. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), diferentemente da UnB, nunca adotou um sistema de cotas, mas sim um sistema de bônus em 2008, no qual os candidatos oriundos de escolas públicas teriam bônus de 10% na nota do vestibular, e, caso se declarassem pretos ou pardos, esse percentual subiria para 15%.

## 2. DADOS E MÉTODO

O modelo experimental se tornou uma importante e grande ferramenta na ciência política para o estudo de opiniões e atitudes políticas. Há uma grande variedade de estudos experimentais para mensurar as atitudes raciais dos brancos: voto em eleições com candidatos negros, preconceito racial, apoio a políticas públicas de cunho racial, controlando os efeitos de outras variáveis como ideologia, identificação partidária, individualismo, autoritarismo e variáveis demográficas (KINDER & SEARS, 1981; MCCONAHAY 1986, SEARS *et al.* 1997).

Inferências causais são possíveis através do método experimental, o qual busca identificar relações causais na amostra estudada para realizar generalizações para toda a população (MORTON & WILLIAMS, 2010). Como também possibilita o princípio da replicabilidade, isto é, não apenas dos dados obtidos, mas de todo o processo de elaboração e execução da pesquisa.

O experimento de lista é o mais frequentemente usado na ciência política (e.g. KUKLINSKI, COBB e GILENS, 1997a; KUKLINSKI *et al.*, 1997b; SNIDERMAN & CARMINES, 1997) para a mensuração de assuntos socialmente sensíveis e é utilizado pelo

seu potencial de anular os incentivos de subrepresentação de opiniões e atitudes dos entrevistados, pois permite questionar indiretamente os entrevistados, garantindo uma maior sinceridade em suas respostas, resultando em opiniões verdadeiras.

Esta técnica foi trazida para a Ciência Política por Kuklinski *et al.* (1997b). Como originalmente concebida por Kuklinski, os entrevistados do grupo de controle recebem uma lista de itens e devem dizer ao entrevistador com quantos dos itens listados eles concordam, sem especificar quais são estes itens. Os entrevistados do grupo tratamento recebem as mesmas instruções e a mesma lista de itens do grupo controle, entretanto, a lista contém mais um item que mede o tema de interesse.

Entre outubro de 2012 e janeiro de 2013, foi concebido e operacionalizado os conceitos a serem estudados em um survey. No mês de abril de 2013 o survey foi online e aplicado para todos os estudantes de graduação da Universidade de Brasília (UnB), e em junho de 2013 para todos os alunos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para medir as atitudes dos estudantes sobre o sistema de cotas. Os estudantes foram contatados por e-mail e responderam o questionário voluntariamente, no total, 4.041 questionários sobre o estudo de cotas raciais foram completados nas duas universidades federais.

Apesar dos diferentes históricos das cotas raciais nas duas universidades, o perfil dos estudantes de ambas universidades são muito similares, possibilitando trabalhar com os dados das duas universidades de forma agregada. Os alunos foram convidados para participar de um estudo online entre três sobre cotas estudantis: cotas para escolas públicas, cotas para alunos de baixa renda e este de cotas raciais, sendo os alunos designados aleatoriamente para o grupo controle ou o grupo tratamento.

A designação aleatória é um princípio fundamental nos estudos experimentais e fornece a base para assumir que o grupo controle se comporta como o grupo tratamento, caso este último não tivesse recebido o tratamento, e vice-versa (MORTON & WILLIAMS, 2010). Assim, o efeito do tratamento (no caso, a adição de um item a mais na lista) é verificado mediante a comparação dos resultados dos dois grupos. Caso o tratamento não tivesse efeito, não haveriam diferenças entre os dois grupos, uma vez que a designação aleatória criou grupos semelhantes (DRUCKMAN *et al.*, 2011).

Cada questionário específico possui uma quantidade de 17 perguntas, diferindo apenas quanto à questão da lista controle, lista tratada ou pergunta direta. Entre os questionários durante a pesquisa, 2.123 respondentes se autodeclararam como brancos.

Entre os questionários válidos dos respondentes brancos, 645 receberam a pergunta direta, 655 a lista controle e 621 a lista tratada.

Os respondentes do grupo controle foram questionados com a seguinte questão:

*“Agora vamos falar sobre as formas de ingresso nas universidades federais brasileiras. Da seguinte lista de itens, com quantos, você concorda? Não precisamos saber quais, estamos interessados apenas na quantidade de itens desta lista com os quais você concorda”. (ordem aleatória dos itens a cada vez)*

- 1) Todas as universidades deveriam adotar o ENEM;*
- 2) O aumento do número de vagas facilitou o ingresso de alunos pouco qualificados;*
- 3) As universidades deveriam adotar um sistema livre de ingresso sem prova;*
- 4) O vestibular não é uma boa prova para selecionar os melhores alunos;*

Os respondentes do grupo tratado também foram questionados com esta mesma questão, porém, com o acréscimo do item sensível:

- 5) A política de reserva de vagas para negros e indígenas (política de cotas raciais) é uma política importante.*

O primeiro item se refere ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), uma prova realizada pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC). Ela é utilizada para avaliar a qualidade do ensino médio no país e seu resultado serve também para acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). O ENEM é o maior exame do Brasil e para alguns é uma forma mais justa de admissão em um sistema que é limitado e normalmente requer que o estudante viaje até o local da universidade pretendida para fazer a prova específica daquela instituição.

O segundo item concerne ao aumento no número de vagas nas universidades federais, na última década o governo do presidente Lula dobrou o número de vagas nas instituições de ensino superior e alguns acreditam que isso possibilitou a entrada de estudantes mal qualificados. O terceiro item sugere que as universidades deveriam abandonar as provas de entrada nas universidades e adotar outra forma de seleção.

O quarto item mede atitudes sobre a tradicional forma de ingresso nas universidades brasileiras, o vestibular. O quinto e último item, socialmente sensível, mede a atitude dos estudantes face ao uso do sistema de reserva de vagas para negros e indígenas, o qual reserva um número de vagas para estes candidatos.

Note que todos os itens são relacionados com a entrada nas universidades públicas federais brasileiras, o que torna menos suspeito e mais difícil dos participantes descobrirem o tema da pesquisa, diferentemente, caso os itens não fossem relacionados. Esses itens foram escolhidos seguindo as recentes recomendações de como melhor construir uma lista (GLYNN, 2010). Mais ainda, os itens foram escolhidos de forma para evitar qualquer ceiling effect. Kuklinski *et al.* (1997b) observa que um ceiling effect pode ocorrer quando um entrevistado responde honestamente a todos os itens não sensíveis.

Quando isso ocorre com um entrevistado do grupo tratado, ele já não tem proteção suficiente para relatar honestamente sua resposta ao item sensível e, portanto, ele pode deixar de relatar a sua resposta verdadeira à lista de tratamento. Kuklinski *et al.* (1997b) mostra isso a partir do problema que teve em seu clássico estudo. Os resultados para os respondentes da região norte dos Estados Unidos mostraram que uma grande parte do grupo controle concordou com todos os itens não sensíveis, e devido ao consequente ceiling effect, os resultados em seu texto era de uma proporção negativa para o item sensível.

Para evitar isso Glynn (2010, p. 6) recomenda a utilização de uma correlação negativa (negative correlation) entre os itens, o que pode ser observado entre os itens (1) e (4) da presente lista, pois, um indivíduo que acredita que o ENEM deve ser adotado como forma de ingresso em todas universidades federais, jamais concordará com um sistema de livre ingresso nas Universidades.

Apesar das três grandes dificuldades do experimento de lista que Glynn (2010) e Corstange (2008) apresentam: (i) o experimento lista exige uma grande amostra; (ii) a análise padrão não viabiliza diagnosticar violações dos pressupostos comportamentais implícitos nesta técnica; (iii) é difícil usá-lo em uma regressão ou modelagem multivariada. Todavia, o experimento de lista vem se tornando popular e uma poderosa ferramenta para medir assuntos socialmente sensíveis.

É a partir da comparação das médias dos dois grupos (tratado e controle) que derivamos uma estimativa da atitude racial, neste caso a percentagem de respondentes contra a política de reserva de vagas, através da subtração da média do grupo controle pela média do grupo tratado e multiplicando por 100. O terceiro grupo (grupo referência) que recebeu

ao invés do experimento de lista, uma pergunta convencional e direta sobre a política de cotas raciais:

*Você acredita que a política de reserva de vagas para negros e indígenas como forma de ingresso nas universidades federais brasileiras (política de cotas raciais) é uma política importante?*

a) *Sim*

b) *Não*

Este terceiro grupo foi criado para testar como as opiniões dos respondentes se alteram quando confrontados diretamente com o tema socialmente sensível, pois o simples constrangimento em admitir uma antipatia em relação a um outro grupo social (aos negros) será suficiente para mascarar e falsear as respostas. Portanto, falsas respostas em relação a atitudes e opiniões não só significa um erro de mensuração, mas também significam análises sistematicamente erradas, estimadores errados, sinais errados e variáveis sem poder explicatório. (CORSTANGE, 2008). Isto tudo faz das falsas respostas não só um problema epistemológico, mas, “*um problema epistemológico com dentes*” (CORSTANGE, 2008, p. 2).

Para os propósitos deste trabalho, foram analisados apenas as respostas dos alunos autodeclarados brancos<sup>3</sup>, uma vez que o foco são as atitudes e opiniões dos brancos em relação à reserva de vagas nas universidades federais brasileiras. A autodeclaração envolve o processo interno a rejeição ou aceitação de símbolos, tradições, estilo de vida associados com determinados grupos (TELLES, 2004, p. 89), por isso é escolhida como critério de classificação. Para testar a hipótese da defesa de interesses, usamos o corte socioeconômico para analisar as respostas dos alunos brancos de classe alta, classe média e classe baixa.

### 3. RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta o número médio de itens que os respondentes concordam tanto para a lista controle, tanto para a lista tratamento. A diferença de médias entre as listas (multiplicada por 100) indica a proporção estimada de estudantes (43,8%) que escolheram o

---

<sup>3</sup> A Tabela 1A no Apêndice apresenta a distribuição da autodeclaração de cor de pele dos respondentes. Optamos por um modelo de pergunta fechada sobre a classificação racial baseado na pergunta-padrão do IBGE.

item sensível e, assim, apoiam verdadeiramente as cotas raciais na Universidade de Brasília e na Universidade Federal de Minas Gerais. Este número pode ser comparado ao obtido a partir do grupo de referência, que respondeu à pergunta direta, sem privacidade.

**Tabela 1-** Média estimada de apoio global às cotas raciais

Grupo	Grupo	A	B	
Lista-Controle	Lista-Tratamento	Diferença de Médias em %	Grupo Pergunta Direta em %	B – A
2.385	2.822	43.8*	54.6	10.8
(.027)	(.034)	(.022)		
n	1243	1215	1246	

Fonte: Elaboração própria do autor.

Números entre parênteses correspondem ao erro padrão. \* $p < .05$

Os respondentes do grupo de referência mostraram um apoio médio de 54,6% às cotas raciais. A diferença entre este grupo de referência e o grupo a partir do experimento de lista (54,6% - 43,8%) indica uma superestimação das preferências reais sobre as cotas raciais. Assim, a oposição às cotas raciais entre os estudantes é geralmente subestimada por quase 11% em pesquisas convencionais.

**Tabela 2** - Média estimada de apoio às cotas raciais pelos autodeclarados brancos

Grupo	Grupo	A	B	
Lista-Controle	Lista-Tratamento	Diferença de Médias em %	Grupo Pergunta Direta em %	B – A
2.34	2.68	33.3*	48.0	14.7
(.037)	(.047)	(.059)		
n	655	621	645	

Fonte: Elaboração própria do autor.

Números entre parênteses correspondem ao erro padrão. \* $p < .05$

A aprovação das cotas raciais pela pergunta direta entre os brancos revelou um resultado de 48% de aprovação, porém a diferença de médias entre a lista tratada e a lista controle, revelou que apenas 33,3% dos alunos que receberam o item sensível, indicaram aprovação da política de cotas raciais. O resultado aqui comprova (48% - 33,3%) o efeito de desajustabilidade social sobre os respondentes brancos (14,7%), o que demonstra a importância

do emprego de novos métodos, como o experimento de lista, na pesquisa de temas socialmente sensíveis na Ciência Política.

**Tabela 3** - Média estimada de apoio às Cotas Raciais por tercil de renda

Renda	Grupo		A	B	B - A
	Lista-Controle	Lista-Tratamento	Diferença de Médias em %	Grupo Pergunta Direta em %	
	2.43	2.97	53.9*	60.8%	6.9
<i>1º. Tercil</i>	(.044)	(.056)	(.072)		
n	945	466	479	436	
	2.34	2.79	44.7*	53.4%	8.7
<i>2º. Tercil</i>	(.049)	(.062)	(.079)		
n	690	356	334	380	
	2.36	2.67	30.4*	49.5%	19.1
<i>3º. Tercil</i>	(.047)	(.059)	(.075)		
n	823	421	402	430	

Fonte: Elaboração própria do autor.

Números entre parênteses correspondem ao erro padrão. \* $p < .05$

As faixas de renda foram classificadas em tercís (tertiles), o primeiro tercil com indivíduos com renda familiar até R\$3.500, o segundo tercil com renda familiar de R\$3.501 a R\$8.000, e o terceiro tercil com indivíduos de renda familiar igual ou superior a R\$8.001. Como apresentado na Tabela 3, ao longo do aumento da renda familiar, temos uma mudança do apoio às cotas raciais, à medida a renda aumenta, menor o apoio às cotas raciais (Coluna A). E ainda mais, o efeito de desejabilidade social, torna-se mais forte (Coluna B - A). Porém, os resultados são apenas segundo o corte econômico, na Tabela 4, a seguir, temos o teste da hipótese (ii).

**Tabela 4** - Média estimada de apoio às cotas raciais segundo a hipótese inicial de *defesa de interesses*

Hipótese	Grupo		Diferença de Médias em %
	Lista-Controle	Lista-Tratamento	
<i>Branco de classe baixa</i>	2.27	2.66	47.4*
(1.º Tercil)	(.064)	(.088)	(.109)
n	373	184	189
<i>Branco de classe alta</i>	2.39	2.59	20.2*
(3.º Tercil)	(.060)	(.073)	(.094)
n	527	274	253

Fonte: Elaboração própria do autor.

Números entre parênteses correspondem ao erro padrão. \* $p < .05$

A Tabela 4 mostra resultados apenas do experimento de lista, uma vez que sabemos que o efeito de desejabilidade social está presente e o interesse é apenas nas respostas verdadeiras, assim, os resultados rejeitam a hipótese (ii) deste trabalho. Os brancos de alta renda são amplamente contra as ações afirmativas, a diferença de médias entre as listas indica a proporção estimada de apenas 20,2% dos estudantes brancos de alta renda (terceiro tercil) que verdadeiramente apoiam as cotas raciais, enquanto a proporção estimada dos estudantes brancos de baixa renda (primeiro tercil) que apoiam às cotas raciais é de 47,4%. Logo, a hipótese de oposição às cotas raciais pela teoria de defesa de interesses não demonstra resultados práticos neste trabalho.

#### 4. DISCUSSÃO

Extraír respostas verdadeiras sobre assuntos socialmente sensíveis é um dos mais importantes desafios nas pesquisas de survey. Os experimentos de lista surgiram recentemente como uma alternativa metodológica a esse problema (BLAIR & IMAI, 2012). Quando um bom desenho experimental é combinado com uma eficiente análise estatística, se pode efetivamente explorar o poder do experimento de lista para extrair respostas verdadeiras dos respondentes.

Por fim, este trabalho buscou elucidar as verdadeiras atitudes políticas dos estudantes universitários em relação a um tema socialmente sensível, e como demonstrado aqui e por outros trabalhos, a hipótese (i) é confirmada: as verdadeiras opiniões sobre as ações afirmativas não são reveladas quando confrontadas diretamente. Contudo, ao adotar

um método indireto de questionar o uso de cotas raciais para o ingresso nas instituições públicas de ensino superior, encontrou-se, como esperado, uma superestimação (cerca de 11%) do apoio dos estudantes às cotas raciais, o típico efeito de desejabilidade social. Quando olhamos para os estudantes brancos, essa superestimação passa para cerca de 15%, como também a partir da Tabela 3 vemos que renda tem um efeito em mascarar as verdadeiras opiniões dos alunos, quanto maior a renda, o efeito de desejabilidade também torna-se maior (6.9%; 8.7%; 19.1%).

Os resultados deste trabalho já mostram a direção para novos estudos na área de atitudes raciais e opinião pública. Novas pesquisas sobre assuntos socialmente sensíveis devem prestar atenção no efeito de desejabilidade social, uma vez que os resultados deste trabalho mostram que estes efeitos afetam claramente a opinião pública não só dos brancos, como também dos estudantes em geral, em relação a produção e implementação das políticas públicas.

Por fim, os resultados em relação a hipótese (ii) da defesa de interesses são interessantes. O alto apoio dos brancos de classe baixa é o resultado mais interessante deste trabalho, pois a defesa de interesses deveria afetar as atitudes deles em algum grau. Primeiramente, renda possui um efeito claro nas atitudes raciais dos respondentes, há uma alta rejeição dos brancos de classe alta e uma baixa rejeição dos brancos de classe baixa. Segundo, a alta rejeição dos brancos de classe alta às cotas raciais pode ser explicada pelo que Bobo e Kluegel (1993), Kluegel e Smith (1983) chamam de ‘crenças estratificadas’ (stratification beliefs), isto é, crenças normativas e existenciais sobre como a desigualdade econômica, as quais afetam as atitudes e opiniões em relação às políticas raciais.

Em um nível normativo, são crenças sobre como o estrato social deve funcionar, gerando oposição para com políticas raciais, especialmente, a programas de ações afirmativas que promovam a contratação ou admissão através cotas para as minorias (KLUEGEL & SMITH, 1983). Em um nível existencial, na medida em que os brancos de classe alta atribuem o sucesso ou o fracasso socioeconômico a causas pessoais (e.g. a capacidade ou esforço) e visualizam a estrutura de oportunidades como aberta e justa, ceteris paribus, é improvável que eles sintam que o governo deve intervir para ajudar os menos favorecidos (KLUEGEL & SMITH, 1983). Os programas de ação afirmativa constituem propostas para intervenção direta e efetiva na estratificação do status quo racial, outro motivo para os indivíduos brancos ricos rejeitarem as ações afirmativas, pois ameaça o seu lugar privilegiado na sociedade brasileira.

Programas de resultados finais (e.g. transferência de renda, cotas universitárias) são rejeitados pelos altos estratos econômicos porque são vistos como violadores da crença de que empregos e benefícios econômicos devem ser alocados com base no talento, capacidade e esforço individual (KLUEGEL & SMITH, 1983). Fornecer recompensas com base em uma característica de um grupo sem levar em conta as qualificações individuais são vistos como injustos e, ao longo prazo ameaçam os princípios que sustentam uma sociedade economicamente próspera (BOBO & KLUEGEL, 1993).

Enquanto os brancos pobres veem a condição econômica e outros fatores sociais (e.g. oportunidades de emprego limitadas, más condições escolares) como um verdadeiro constrangimento socioeconômico, levando-os a apoiar as ações afirmativas. Pois, raça e classe operam juntos para moldar a estratificação social no Brasil, e assim, talvez uma maior proximidade com os negros crie maior empatia e identificação entre os indivíduos, porém, esta é uma questão que permanece aberta para futuros estudos.

Em muitos aspectos, a experimentação em ciência política ainda está em sua infância, porém, com o rápido crescimento e expansão dos estudos experimentais, os cientistas políticos precisam conhecer e compreender o conjunto de ferramentas experimentais para melhor esclarecer, informar e desvendar a produção e implementação de políticas públicas. A formulação de políticas de igualdade de oportunidades é um assunto delicado que envolve muito mais do que as opiniões e atitudes dos indivíduos brancos, mas, a partir do ponto que estas afetam a realidade, sua influência não pode ser ignorada. Por isso, um melhor entendimento da relação entre processos conscientes e inconscientes de comportamento e atitudes pode ajudar a melhor guiar o desenvolvimento de intervenções efetivas.

## REFERÊNCIAS

BERINSKY, A. J. 1999. The Two Faces of Public Opinion. *American Journal of Political Science*, 43: p. 1209–1230.

BLAIR, G., IMAI, K. 2012. Statistical Analysis of List Experiments. *Political Analysis*, 20: p. 40-47.

BOBO, L. D. e KLUEGEL, J. R. 1993. Opposition to race targeting: self- interest, stratification ideology, or racial attitudes? *American Sociological Review*, vol. 58, no. 4, p. 443-464.

CORSTANGE, D. 2009. Sensitive questions, truthful answers? Modeling the list experiment with LISTIT. *Political Analysis*, 17: p. 45–63.

DRUCKMAN, J. N. GREEN, D. P. KUKLINSKI, James H. e LUPIA, Arthur. 2011. Experiments: An Introduction to Core Concepts. IN: Cambridge Handbook of Experimental Political Science. Edited by James N. Druckman. Donald P. Green. James H. Kuklinski. Arthur Lupia.

GLYNN, A. N. 2010. What can we learn with statistical truth serum? Design and analysis of the list experiment. Technical Report, Department of Government, Harvard University.

KINDER, D. R. e SEARS D. O. 1981. Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology* 40: p. 414-431.

KLUEGEL, J. R., SMITH, E. R. 1983. Affirmative Action Attitudes: Effects of Self-interest, Racial Affect, and Stratification Beliefs on White's Views. *Social Forces* 61. 797- 825.

KRYSAN, M. 1998. Privacy and the Expression of White Racial Attitudes: A Comparison Across Three Contexts. *Public Opinion Quarterly* 62: p. 506–544.

KUKLINSKI, J. H., COBB, M. D. e GILENS, M. 1997a. Racial attitudes and the New South. *Journal of Politics*, 59: p. 323–49.

KUKLINSKI, J. H., SNIDERMAN, P. M. KNIGHT, K., PIAZZA, T., TETLOCK, P. E., LAWRENCE, G. R. e MELLERS, B. 1997b. Racial prejudice and attitudes toward affirmative action. *American Journal of Political Science* 41: p. 402–19.

MCCONAHAY, J. B. 1986. Modern Racism, Ambivalence, and the Modern Racism Scale. IN: *Prejudice, Discrimination, and Racism*, eds. J. Dovidio and S. Gaertner. Orlando: Academic Press, pp. 91–125.

SEARS, D. O.; LAU, R. R.; TYLER, T. R.; ALLEN JR., Harris M. 1980. Self-Interest vs. Symbolic Politics in Policy Attitudes and Presidential Voting. *The American Political Science Review*, Vol. 74, No. 3. p. 670-684.

SEARS, D. O., VAN LAAR, C., CARRILO, M. e KOSTERMAN, R. 1997. Is it really racism? The origins of white Americans' opposition to race-targeted policies. *The Public Opinion Quarterly* Vol. 61, No. 1, Special Issue on Race, p. 16-53.

SNIDERMAN, P. M. e E. G. CARMINES. 1997. *Reaching Beyond Race*. Cambridge: Harvard University Press.

TELLES, E. E. 2004. *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

**ANEXOS**

**Tabela 1A** - Autodeclaração de cor/raça entre os respondentes.

<i>Cor/Raça</i>	<i>N</i>	<i>Porcentagem</i>
Branca	2.123	52.54%
Preta	338	8.36%
Amarela	90	2.23%
Parda	1.471	36.40%
Indígena	19	0.47%
<i>Total</i>	4.041	100%

Fonte: Elaboração própria do autor